

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** (anteriormente denominada QBE Brasil Seguros S/A) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Segundo a legislação societária, fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício.

Em fevereiro de 2018, o Grupo Zurich Seguros celebrou acordo para adquirir as operações do grupo QBE Seguros, na América Latina.

A partir de 02 de julho de 2018, a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. passou a ser a Controladora das operações da QBE no Brasil. Esta operação foi aprovada pela SUSEP através da Portaria nº 7.209 de 17/09/2018.

Investimentos

Os investimentos, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício, o montante de R\$ 88.300 mil (R\$ 108.428 mil em 31 de dezembro de 2017). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros

estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Provisões Técnicas

O valor contabilizado das provisões técnicas, em 2018 era de R\$ 117.623 mil (R\$ 158.357 mil em 31 de dezembro de 2017).

Desempenho Operacional

A Zurich Brasil Companhia de Seguros apresentou em 2018, prejuízo de R\$ 55.020 mil (prejuízo de R\$ 78.205 mil em 31 de dezembro de 2017). Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 268.001 mil em 2018 (R\$ 351.865 mil em 31 de dezembro de 2017), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R\$ 56.770 mil (R\$ 94.462 mil em 31 de dezembro de 2017).

O volume de prêmios emitidos atingiu R\$ 230.280 mil em 2018 (R\$ 359.612 mil em 31 de dezembro de 2017) e os prêmios ganhos atingiram R\$ 263.092 mil em 2018 (R\$ 321.824 mil em 31 de dezembro de 2017).

As despesas administrativas atingiram R\$ 35.999 mil em 2018 (R\$ 39.725 mil em 31 de dezembro de 2017).

Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável

da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantes para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da administração, estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Zurich Brasil Companhia de Seguros.

Agradecimentos

A Zurich Brasil Companhia de Seguros agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2019.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	4.4	230.280	359.612
Variação das provisões técnicas de prêmios		32.812	(37.788)
Prêmios ganhos	21/23 a	263.092	321.824
Sinistros ocorridos	21/23 b	(131.562)	(146.663)
Custos de aquisição	21/23 c	(125.025)	(168.004)
Outras receitas e despesas operacionais	23 d	(6.449)	(34.205)
Resultado com resseguro	23 e	(19.603)	5.941
Receita com resseguro		3.493	18.814
Despesa com resseguro		(23.096)	(12.873)
Despesas administrativas	23 f	(35.999)	(39.725)
Despesas com tributos	23 g	(8.879)	(11.914)
Resultado financeiro	23 h	8.921	9.094
Resultado operacional		(55.504)	(63.652)
Resultado antes dos impostos e participações		(55.504)	(63.652)
Imposto de renda	17	–	(7.139)
Contribuição social	17	–	(6.089)
Participações sobre o resultado	2.2.15	484	(1.325)
Prejuízo do exercício		(55.020)	(78.205)
Quantidade de ações (em milhares)		696.047	495.355
Prejuízo do exercício por ação (em reais)		(0)	(0)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(55.020)	(78.205)
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.222)	(154)
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	51	69
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(2.171)	(85)
Total do resultado abrangente do exercício	(57.191)	(78.290)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Atividades operacionais		(55.020)	(78.205)
Prejuízo do exercício		(55.020)	(78.205)
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		7.913	5.982
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável de ativos		9.679	7.489
Variações das contas patrimoniais			
Aplicações		17.957	(29.426)
Créditos das operações de seguros e resseguros		25.195	(48.804)
Ativos de resseguro e retrocessões – provisões técnicas		1.871	596
Créditos fiscais e previdenciários		(418)	19.243
Depósitos judiciais e fiscais		206	(30)
Despesas antecipadas		1.093	12.875
Custo de aquisição diferidos		14.187	4.602
Outros ativos		754	(45)
Impostos e contribuições		(4.081)	4.310
Outras contas a pagar		(1.321)	2.843
Débitos de operações com seguros e resseguros		4.920	(6.313)
Depósitos de terceiros		1.119	25.305
Provisões técnicas – seguros e resseguros		(40.734)	56.762
Provisões judiciais		133	1.444
Caixa consumido pelas operações		(16.547)	(21.372)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(16.547)	(21.372)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	13	(883)	(238)
Despesas de desenvolvimento	12	(754)	(5.501)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.637)	(5.739)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	19 (b)	19.500	27.500
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		19.500	27.500
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		1.316	389
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.407	2.018
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		3.723	2.407
Aumento do caixa e equivalente de caixa		1.316	389

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo:

- **Títulos públicos federais:** com base nas tabelas de referência do mercado secundário da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;
- **Quotas de fundos de investimentos:** pelos valores das quotas disponibilizados pelos administradores de cada fundo para a data do balanço;
- **(ii) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são os ativos financeiros representados por prêmios a receber de segurados, e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

(b) Redução do valor recuperável (impairment)

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de balanço, para apurar perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tal como dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.

A provisão para riscos de crédito de prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência da carteira de clientes e segurados, dentre outros fatores, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

• Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Seguradora, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é

continua na página seguinte ...

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		168.443	286.025
Disponível	7	3.723	2.407
Caixa e bancos		3.723	2.407
Aplicações	8.1	12.244	79.723
Créditos das operações com seguros e resseguros		92.497	133.479
Prêmios a receber	8.2 (a)	81.604	122.360
Operações com seguradoras	8.2 (b)	3.543	3.158
Operações com resseguradoras	8.2 (d)	7.350	7.961
Outros créditos operacionais	8.2 (c)	9.062	10.126
Ativos de resseguro e retrocessões – provisões técnicas	8.2 (d)	6.774	8.660
Títulos e créditos a receber		1.991	2.872
Títulos e créditos a receber		740	69
Créditos tributários e previdenciários	8.3	924	392
Depósitos judiciais e fiscais	11	–	225
Outros créditos	8.2 (e)	327	2.186
Outros valores e bens		1.931	548
Bens a venda	8.2 (f)	1.931	548
Despesas antecipadas	9	1.578	787
Custos de aquisição diferidos	10	38.643	47.423
Seguros		38.643	47.423
Ativo não circulante		99.558	65.840
Realizável a longo prazo		94.145	54.152
Aplicações	8.1	76.056	28.705
Créditos das operações com seguros e resseguros		–	101
Operações com seguradoras	8.2 (b)	–	101
Ativos de resseguro e retrocessões – provisões técnicas	8.2 (d)	15	–
Títulos e créditos a receber		835	930
Créditos tributários e previdenciários	8.3	–	114
Depósitos judiciais e fiscais	11	835	816
Outros valores e bens		114	–
Despesas antecipadas	9	–	1.884
Custos de aquisição diferidos	10	17.125	22.532
Seguros		17.125	22.532
Imobilizado	13	1.202	1.268
Bens móveis		1.202	990
Outras imobilizações		–	278
Intangível	12	4.211	10.420
Outros intangíveis		4.211	10.420
Total do ativo		268.001	351.865

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de lucro	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	117.668	27.360	77	147	–	145.252
Aumento de capital – AGE de 25/07/2017 – Portaria SUSEP nº 585 de 09/06/2017	16.300	–	–	–	–	16.300
Aumento de capital – AGE de 05/12/2016 – Portaria SUSEP nº 223 de 20/02/2017	27.360	(27.360)	–	–	–	–
Aumento de capital em aprovação	–	11.200	–	–	–	11.200
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(85)	–	(85)
Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	(78.205)	(78.205)
Reservas Estatutárias	–	–	(77)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	161.328	11.200	–	62	(78.128)	94.462
Aumento de capital em aprovação	–	7.500	–	–	–	7.500
Aumento de capital em aprovação	–	12.000	–	–	–	12.000
Aumento de capital – AGE de 22/11/2017 – Portaria SUSEP nº 737 de 08/01/2018	11.200	(11.200)	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(2.171)	–	(2.171)
Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	(55.020)	(55.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	172.528	19.500	–	(2.109)	(133.149)	56.770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Zurich Brasil Companhia de Seguros (“Seguradora”) (nova razão social da QBE Brasil Seguros S.A.) é uma sociedade constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, na Av. Jornalista Roberto Marinho, 85 – 21º andar e que tem como objeto social operar em seguros dos ramos elementares, como definidos em lei e em seguros de pessoas, em qualquer uma de suas modalidades ou formas. Seu principal acionista é a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., detentora de 100% das ações ordinárias. A Seguradora atua principalmente na comercialização de seguros massificados, em todo território nacional, distribuídos principalmente através de concessionárias de serviços públicos, grandes redes do comércio varejista, instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito e grupos de afinidade, intermediado por corretores de seguros. Opera também em seguros de equipamentos, auto simplificado e seguros de transportes nacional e internacional.

Em fevereiro de 2018, o Grupo Zurich Seguros celebrou o acordo para adquirir as operações do grupo QBE Seguros, na América Latina.

A partir de 02/07/2018, a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. passou a ser a Controladora das operações da QBE no Brasil. A nova denominação social da QBE é Zurich Brasil Companhia de Seguros, sendo que esta operação foi aprovada pela SUSEP através da Portaria nº 7.209 de 17/09/2018.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 19/02/2019.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Apresentação das demonstrações financeiras

(a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 11.638/07 alterada pela Lei nº 11.941/09), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) através da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, a qual requerer a aplicação integral das disposições e os critérios contidos nos mesmos com exceção aos que contrariam a referida Circular SUSEP, bem como com as normas regulamentadas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e evidenciam todas

as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis da Seguradora. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Seguradora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

2.2 – Principais políticas contábeis

2.2.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2 – Ativos financeiros

(a) Mensuração e classificação

Os ativos financeiros são classificados e mensurados de acordo com as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) disponíveis para venda, (iii) mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis. A Administração classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para os quais foram adquiridos em seu reconhecimento inicial.

(f) Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme definido no CPC 38, os títulos e valores mobili

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

reconhecida no resultado, se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

2.2.3 – Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a prejuízos fiscais e a diferenças temporárias na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, imposto de renda e contribuição social a compensar, antecipação de imposto de renda e contribuição social e PIS e COFINS a compensar (nota 8.3).

2.2.4 – Depósitos judiciais e fiscais

Referem-se, basicamente, a garantias de processos judiciais de sinistros em julgamento, cujos valores reclamados encontram-se registrados na provisão de sinistros a liquidar, e a processo fiscal referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1997, 1998 e 1999 (nota 11).

2.2.5 – Intangível

Softwares – São gastos com desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software que são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e nos necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses.

Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros Intangíveis – São gastos relacionados com a exploração dos canais de distribuição. Os investimentos previstos nos contratos são baseados em estimativas de produção, registrados pelo seu valor justo na data de assinatura dos contratos e amortizados conforme o prazo do contrato.

2.2.6 – Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: 10% para máquinas, móveis e utensílios (vida útil estimada de 10 anos) e 20% para veículos, equipamentos de informática e de telecomunicações, despesas com instalações (todos com vida útil estimada de 5 anos) e gastos com adaptação e instalação da sede da Seguradora amortizados de acordo com os prazos contratuais de locação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil deste for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no grupo "ganhos ou perdas com ativos não correntes" na demonstração de resultado.

2.2.7 – Obrigações a pagar

Referem-se a provisões para pagamentos a fornecedores e a provisão para participação nos lucros dos funcionários (nota 8.4).

2.2.8 – Depósitos de terceiros

Referem-se, basicamente a prêmios recebidos cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas e a parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber (nota 8.9).

2.2.9 – Contratos de seguros

Na adoção inicial do CPC 11, a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

2.2.10 – Provisões técnicas de seguros

A **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)** é constituída pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruta e líquida de resseguro, correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros de danos e pessoas.

A **Provisão de Prêmios não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos – RVNE** é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. A apuração é efetuada com a estimativa do volume final dos prêmios emitidos líquidos de cancelamento por data de início de vigência, considerando os atrasos futuros para o cálculo da PPNG-RVNE, utilizando como base de dados o histórico das emissões atrasadas já ocorridas. O cálculo é reavaliado mensalmente.

A **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** é constituída com base em estimativas de indenizações, líquidas de recuperações de cosseguros cedidos e brutas de resseguro, para os eventos ocorridos e devidamente notificados pelos segurados e/ou beneficiários até a data do balanço e atualizadas monetariamente, quando aplicável. Esta provisão contempla, quando aplicável, os ajustes para desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final (IBNER).

A **Provisão de Sinistros a Liquidar em disputa Judicial (PSLJ)** Processos judiciais – é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade de desembolso financeiro, baseado na análise do departamento jurídico interno da Seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A Seguradora efetua atualização monetária dos processos de acordo com o índice IPCA e FAJ e correção monetária e juros. Os honorários de sucumbências são igualmente estimados e são registrados na provisão de despesa relacionada.

Os sinistros em moeda estrangeira são atualizados mensalmente e é aplicada correção monetária em casos específicos. Os honorários de sucumbência são registrados tão logo é exarada a sentença.

Na nota 18 são apresentadas duas tabelas: i) sinistros judiciais que se tornaram obrigação presente e ii) sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade.

A **Provisão de Despesas relacionadas (PDR)** é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.

A **Provisão de Despesas relacionadas Sinistros Judicial (PDRJ)** é constituída no percentual de 10% do valor em risco para todos os sinistros judiciais de acordo com metodologia atuarial, independente da classificação das probabilidades de perda.

A **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)** é constituída bruta de resseguro e tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros ocorridos mas ainda não registrados pela companhia até a data-base das demonstrações financeiras, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.

O IBNR sobre operações de seguro direto e cosseguro aceito é constituído em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculado utilizando o método Bornhuetter-Ferguson, que é baseada na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de Run-Off.

A **Provisão Complementar de Cobertura – (PCC)** é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP.

As provisões técnicas das operações de retrocessão foram constituídas com base nas informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

2.2.11 – Teste de adequação do passivo (TAP)**Objetivo e resultados obtidos**

O teste de adequação do passivo é realizado, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com a CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 544/2016 e atualizações posteriores.

O teste foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31/12/2018, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas na data base do teste. Para o grupo de pessoas coletivo, foi considerado seis meses futuros de emissão, que corresponde em média aos prêmios devidos até a próxima renovação. Todas as despesas incidentes neste prêmio foram consideradas, excluindo despesas referentes à venda de novos negócios. A sinistralidade foi projetada utilizando-se o método de desenvolvimento de sinistros, podendo ser ajustada pelo método de Bornhuetter-Ferguson. Os fluxos foram trazidos a valor presente pela taxa a termo livre de risco Pré, obtida a partir de parâmetros fornecidos pela SUSEP para dezembro 2018.

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 a Seguradora realizou o cálculo do TAP e não identificou insuficiência.

2.2.12 – Provisões para ações judiciais

• As provisões para ações judiciais de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, e as de natureza trabalhista são contabilizadas com base na opinião de nossos consultores jurídicos. As ações trabalhistas são corrigidas mensalmente pela TR – Taxa Referencial. Os correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante.

• As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base na opinião de nossos consultores jurídicos. As mesmas estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais" e os correspondentes depósitos judiciais em "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante e que também são atualizados mensalmente pela SELIC.

• A Seguradora questiona judicialmente a legitimidade de alterações introduzidas na legislação fiscal em relação a:

o Não dedutibilidade da contribuição social de sua própria base de cálculo e do imposto de renda; e

o Composição das bases de cálculo do PIS nos anos de 1994 a 1999.

• Foram constituídas provisões para os valores não recolhidos relativos aos tributos que a Seguradora questiona. Essas provisões estão registradas no exigível a longo prazo (nota 22).

• Os eventuais ganhos contingentes serão reconhecidos quando da decisão definitiva

em favor da Seguradora.

2.2.13 – Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos referidos inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos do imposto de renda e da contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, na forma da lei, e a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%, sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

2.2.14 – Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas a férias, 13º salário e os respectivos encargos sociais são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Seguradora oferece a seus empregados a opção de participar de um plano de previdência de contribuição definida (PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres). A Seguradora participa com até 300% da contribuição do empregado, limitado a 5% do salário bruto. Em 2018 a Seguradora contribuiu com R\$ 177 (R\$ 135 em 31/12/2017).

2.2.15 – Participação nos lucros e resultados (PLR)

A Seguradora possui plano de participação nos lucros e resultados baseado em metas definidas pela Diretoria e o mesmo é registrado no sindicato dos Seguritários. Em 31/12/2018 foi contabilizado o valor de R\$ 484 (-R\$ 1.325 em 31/12/2017). As metas e o montante de participação de cada funcionário são definidos em reunião anual de planejamento estratégico.

2.2.16 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros.

2.2.17 – Reconhecimento da receita**• Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com as normas emitidas pela SUSEP, e considera os prêmios emitidos, as comissões e agenciamentos, os sinistros, as despesas administrativas e os respectivos impostos incidentes sobre o resultado.

(a) Reconhecimento de prêmios emitidos de contratos de seguro

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera a apropriação dos prêmios e comissões e agenciamentos deduzidos, quando aplicável, dos cancelamentos, restituições e cessões em cosseguros e resseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices. O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.

(b) Sinistros

São reconhecidos com base em estimativas de indenizações, líquidas de recuperações de cosseguros cedidos, para os eventos ocorridos e devidamente notificados pelos segurados e/ou beneficiários até a data do balanço e atualizadas monetariamente, quando aplicável.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta área requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora, na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis.

Para esses créditos também são consideradas as normas vigentes previstas na Circular Susep nº 517/2015 e alterações posteriores.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre a experiência passada e indicadores que possam influenciar as decisões da Administração, do atuário e dos especialistas da Seguradora para a definição de premissas atuárias e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(c) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização das estimativas contábeis leva em consideração a opinião de consultores jurídicos e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento. Além disso, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões segundo o CPC 25.

(d) Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(e) Estimativas utilizadas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros.

A Seguradora utiliza as orientações contidas no CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento que utiliza, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de Riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de mercado (taxas de juros e risco cambial), de crédito, de liquidez, de riscos de seguros, de concorrência e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

4.1 – Gestão de risco financeiro**4.1.1 – Risco de mercado (taxa de juros)**

É o risco de que o valor de um ativo financeiro se altere em virtude de variações na taxa de juros e que possam trazer impactos ao valor justo do *portfólio* das aplicações financeiras. A Seguradora adota a política de aplicação em títulos públicos federais e fundos de curto prazo. A carteira de aplicações financeiras da Seguradora está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do TE (Tracking Error). Além do cálculo do TE, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios semanais sobre os cenários além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de Tracking Error se utiliza da volatilidade da diferença dos retornos (Fundo – Benchmark) que para o fundo cambial utiliza com Benchmark a PTAX (Dólar). Estas análises são efetuadas pelo gestor do fundo de investimento – Santander.

As aplicações financeiras da Seguradora estão alocadas conforme os limites estabelecidos na Resolução CMN 4.444/2015 e alterações posteriores e Resolução CNSP 241/2011 e alterações posteriores.

A gestão da carteira de investimento é feita por banco de investimentos e os limites de exposição são monitorados e avaliados pela área financeira.

Em 31/12/2018, as aplicações financeiras da Seguradora totalizavam R\$ 88.300 (R\$ 108.428 em 31/12/2017). Do montante investido 99% dos recursos estão aplicados em títulos públicos (LTN), (LFT) e (NTN) e os demais 1%, exclusivamente em um único fundo de investimento.

4.2 – Risco de crédito

O risco de crédito pode ser entendido como o risco de não recebimento dos valores decorrentes dos prêmios de seguro. Devido às características da operação, comercialização de seguros massificados distribuídos principalmente através de concessionárias de serviços públicos, grandes redes do comércio varejista, instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito e grupos de afinidade, o risco maior está concentrado na capacidade desses parceiros, principalmente redes do comércio varejista, de repassarem os valores recebidos à Seguradora.

A Administração adota a política de acompanhamento periódico da situação financeira desses parceiros, via dados do SERASA, visando antecipar qualquer problema de inadimplência.

A Seguradora tem operação de cosseguro aceito com congêneres no ramo de seguros corporativos e sinistros de cosseguro cedidos pendentes.

4.3 – Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos, obrigações e possíveis investimentos em novos programas da Seguradora. A Administração elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e as arrecadações projetadas, para garantir o equilíbrio da Seguradora, sobretudo com relação aos ativos garantidores das provisões técnicas e a liquidez necessária para atender à legislação vigente.

A maturidade dos ativos e passivos está apresentada nas notas 8 e 14.

4.4 – Risco de seguro

A Seguradora comercializa em sua grande maioria produtos de baixa importância seguradora, todos dentro de seu limite de retenção, com prêmios acessíveis e custos reduzidos. Os mesmos são comercializados e desenhados de acordo com as características de cada canal de distribuição, para adequação ao perfil de seus clientes em alguns casos apesar do risco estar dentro do seu limite de retenção a Seguradora utiliza contratos de resseguro cota-parte em função de estratégia comercial.

Para produtos com importância seguradora fora do seu limite de retenção, por exemplo equipamentos, a Seguradora utiliza contratos de resseguro, cota-parte, excesso de danos e facultativo visando a adequação ao limite de retenção e também a diminuição dos riscos.

Todos os contratos de resseguro vigentes em 31/12/2018 foram realizados com as

resseguradoras: Local - Swiss Re Brasil, Munich Re do Brasil, Terra Brasis, Austral e Eventual - Lloyd's.

Foram previstos carregamentos variáveis sobre as taxas puras de cada cobertura, sendo que estes são compostos por despesas administrativas, margem de lucro e corretagem com intervalos que variam entre 1% e 99%.

A distribuição, efetuada em todo território brasileiro, é um fator chave na operação de massificados, porque se destina a alcançar uma porção da população que não possui acesso a seguros.

A concentração de risco da Seguradora estava distribuída pelas regiões da seguinte maneira:

Ramos	Prêmios emitidos líquidos – 2018					
	Norte	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Total
Viagem	–	(39)	–	–	24.558	24.519
Acidentes pessoais	1.470	1.580	–	4.058	8.496	15.604
Vida em grupo	–	6	1.417	–	17.621	19.044
Rendas de Eventos						
Aleatórios	607	5	155	3.166	15.487	19.419
Prestamista	–	23.942	2	2.273	24.188	50.406
Riscos diversos	–	8.348	27	3.067	16.605	28.047
Garantia estendida	3.056	–	770	1.057	13.390	18.273
Automóvel	2.074	6	40	–	5.576	7.696
Transporte Nacional	–	–	–	–	7.613	7.613
Transporte Internacional	–	–	–	–	8.468	8.468
Microseguro Danos	5	6.039	–	–	3.016	9.060
Compreensivo Residencial	3.128	–	–	–	2.916	6.044
Demais ramos	–	–	–	–	16.086	16.086
Total	10.338	39.888	2.413	13.622	164.019	230.280

Ramos	Prêmios emitidos líquidos – 2017					
	Norte	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Total
Viagem	–	34.425	–	–	58.680	93.106
Acidentes pessoais	783	1.739	–	3.967	12.343	18.833
Vida em grupo	–	3.801	1.923	–	18.028	23.752
Rendas de Eventos						
Aleatórios	256	2.313	205	3.514	14.862	21.150
Prestamista	–	16.885	2	2.105	20.672	39.663
Riscos diversos	1	3.028	325	2.515	20.689	26.559
Garantia estendida	3.189	–	917	1.377	13.004	18.487
Automóvel	998	6	49	2	61.184	62.239
Transporte Nacional	–	–	–	–	13.464	13.464
Transporte Internacional	–	–	–	–	6.140	6.140
Microseguro Danos	–	5.119	–	–	3.680	8.799
Compreensivo Residencial	1.903	–	–	–	2.804	4.707
Demais ramos	–	6	–	–	22.706	22.713
Total	7.130	67.324	3.422	13.480	268.256	359.612

A frequência da sinistralidade é um fator crítico na gestão de seguro massificado. A Administração acompanha esta variável em todos os programas, e existem mecanismos, garantidos em contratos, que permitem a correção da taxa quando a sinistralidade atinge determinado patamar. Além disso, existem análises internas para acompanhar a evolução da sinistralidade dos programas e para auxiliar na implantação de ações corretivas.

Outro fator de risco de seguro consiste na capacidade de nossos parceiros de cumprirem as metas de vendas estabelecidas em cada programa, visando garantir o retorno que possa cobrir todas as despesas e investimentos e a rentabilidade esperada pela Administração. Cada novo negócio é avaliado pela área de subscrição, que leva em conta principalmente a capacidade do parceiro, tais como estrutura, histórico de venda de produtos similares, sistemas de informática, entre outros.

Outro risco é a capacidade do parceiro de repassar os valores recebidos dos segurados, em um momento de crise. Esta situação é gerenciada através de acompanhamento da situação financeira dos parceiros.

4.4.1 – Teste de sensibilidade

Os resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Em função da troca do controle acionário, conforme mencionado na nota 1, o teste de 2018 está sendo apresentado de forma diferente de 2017, para adequação a metodologia do Grupo Zurich.

Premissas	2018	
	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% na sinistralidade	(833)	(779)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	807	756
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(2.476)	(2.227)
Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido de Resseguro		
Redução de 5% na sinistralidade	833	779
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(842)	(789)

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora com suas respectivas classificações:

	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira própria						
Títulos de renda fixa						
Letras financeiras do tesouro	45.921	-	45.921	-	-	-
Letras do tesouro nacional	21.677	-	21.677	85.914	-	85.914
Nota do tesouro nacional	19.751	-	19.751	19.463	-	19.463
Quotas de fundos de investimentos	-	951	951	-	3.051	3.051
Total da carteira própria	87.349	951	88.300	105.377	3.051	108.428
Total dos ativos financeiros	87.349	951	88.300	105.377	3.051	108.428

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e bancos

Na data do balanço, a Seguradora não possui equivalentes de caixa.

8. Ativos e Passivos Financeiros

A abertura dos saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros da Seguradora está representada abaixo:

	2018		2017	
	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros				
Aplicações	88.300	-	-	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	92.497	-	99
Títulos e créditos a receber (*)	-	1.067	-	1
Total	88.300	93.564	100	100

Passivos financeiros

Contas a pagar

Débitos das operações com seguros e resseguros

Depósitos de terceiros

Débitos diversos

Total

(*) Exclui créditos tributários e depósitos judiciais e fiscais

	2018		2017	
	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros				
Aplicações	108.428	-	-	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	133.580	-	99
Títulos e créditos a receber (*)	-	2.255	-	1
Total	108.428	135.835	100	100

Passivos financeiros

Contas a pagar

Débitos das operações com seguros e resseguros

Depósitos de terceiros

Débitos diversos

Total

(*) Exclui créditos tributários e depósitos judiciais e fiscais

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos não vencidos, ativos vencidos e redução ao valor recuperável.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos							Saldo contábil
	Ativos não vencidos	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Redução ao valor recuperável	
Disponível para venda								
Aplicações financeiras								
Títulos de renda fixa – públicos	87.349	-	-	-	-	-	-	87.349
Quotas de fundos de investimentos	951	-	-	-	-	-	-	951
Empréstimos e recebíveis								
Créditos das operações com seguros e resseguros								
Prêmios a receber	42.921	5.366	6.377	11.222	7.327	24.278	(15.888)	81.604
Operações com seguradoras	-	138	128	369	556	2.352	-	3.543
Operações com resseguradoras	-	977	1.366	1.299	1.972	3.889	(2.153)	7.350
Outros créditos operacionais	2.064	661	-	-	8	6.329	-	9.062
Títulos e créditos a receber								
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	148	592	-	740
Outros créditos	161	-	5	43	22	96	-	327

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos							Saldo contábil
	Ativos não vencidos	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Redução ao valor recuperável	
Disponível para venda								
Aplicações financeiras								
Títulos de renda fixa – públicos	105.377	-	-	-	-	-	-	105.377
Quotas de fundos de investimentos	3.051	-	-	-	-	-	-	3.051
Empréstimos e recebíveis								
Créditos das operações com seguros e resseguros								
Prêmios a receber	78.381	15.853	11.208	13.214	6.340	11.632	(14.268)	122.360
Operações com seguradoras	-	171	128	556	1.010	1.394	-	3.259
Operações com resseguradoras	-	2.402	438	316	842	3.963	-	7.961
Outros créditos operacionais	378	1.352	540	4	405	7.447	-	10.126
Títulos e créditos a receber								
Títulos e créditos a receber	-	69	-	-	-	-	-	69
Outros créditos	231	1	-	-	27	1.927	-	2.186

Em consonância com a legislação vigente, a totalidade da carteira própria de títulos e valores mobiliários foi classificada como "títulos disponíveis para venda", segundo a intenção de negociação pela Administração da Seguradora. O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos), o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e os respectivos vencimentos eram os seguintes:

Descrição	Vencimento	2018		2017	
		Custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor de mercado	Valor de mercado
Letras financeiras do tesouro (LFT) entre 3 e 4 anos	entre 3 e 4 anos	919	(1)	918	-
Letras financeiras do tesouro (LFT) entre 5 e 6 anos	entre 5 e 6 anos	37.063	(50)	37.013	-
Letras financeiras do tesouro (LFT) entre 6 e 7 anos	entre 6 e 7 anos	7.993	(3)	7.990	-
Letras do tesouro nacional (LTN) até 1 ano	até 1 ano	11.302	(9)	11.293	76.672
Letras do tesouro nacional (LTN) entre 1 e 2 anos	entre 1 e 2 anos	2.699	14	2.713	9.242
Letras do tesouro nacional (LTN) entre 3 e 4 anos	entre 3 e 4 anos	7.748	(77)	7.671	-
Notas do tesouro nacional (NTN) entre 2 e 3 anos	entre 2 e 3 anos	21.734	(1.983)	19.751	-
Notas do tesouro nacional (NTN) entre 3 e 4 anos	entre 3 e 4 anos	-	-	-	19.463
Quotas de fundos de investimentos sem vencimento	sem vencimento	951	-	951	3.051
Total das aplicações		90.410	(2.109)	88.300	108.428

*A Seguradora não possui operações com derivativos em 31/12/2018 e em 31/12/2017. As Letras do tesouro nacional (LTN), Letras financeiras do tesouro (LFT), Notas do tesouro nacional (NTN) e quotas de fundos de investimentos estão classificadas como "disponíveis para venda".

As taxas de juros das aplicações contratadas estão demonstradas abaixo:

Tipo do papel	2018		
	Data de aquisição	Data de vencimento	Taxa de juros a.a.
Letras do tesouro nacional	31/03/2017	01/01/2019	9,47%
Letras do tesouro nacional	24/11/2017	01/01/2019	7,11%
Letras do tesouro nacional	27/03/2018	01/04/2019	6,28%
Letras do tesouro nacional	29/03/2018	01/01/2019	6,15%
Letras do tesouro nacional	28/06/2018	01/01/2019	6,67%
Letras do tesouro nacional	29/06/2018	01/01/2019	6,60%
Letras do tesouro nacional	31/10/2018	01/07/2021	8,43%
Letras do tesouro nacional	10/12/2018	01/07/2020	7,31%
Letras financeiras do tesouro	04/07/2018	01/09/2022	Pós fixado
Letras financeiras do tesouro	31/08/2018	01/03/2024	Pós fixado
Letras financeiras do tesouro	01/10/2018	01/09/2024	Pós fixado
Letras financeiras do tesouro	28/12/2018	01/03/2025	Pós fixado
Nota do tesouro nacional – F	22/02/2017	01/01/2021	10,14%
FI Cambial	06/01/2016	Vencido indeterminado	-

A tabela a seguir apresenta as aplicações financeiras distribuídas por rating de crédito.

Tipo do papel	2018		
	Data de aquisição	Data de vencimento	Taxa de juros a.a.
Letras do tesouro nacional	12/12/2014	01/07/2018	12,65%
Letras do tesouro nacional	31/03/2017	01/01/2019	9,47%
Letras do tesouro nacional	30/05/2017	01/07/2018	9,13%
Letras do tesouro nacional	28/06/2017	01/04/2018	8,83%
Letras do tesouro nacional	28/09/2017	01/10/2018	7,10%
Letras do tesouro nacional	30/03/2016	01/07/2018	13,19%
Letras do tesouro nacional	31/10/2017	01/10/2018	6,95%
Letras do tesouro nacional	24/11/2017	01/01/2019	7,11%
Letras do tesouro nacional	30/11/2017	01/04/2018	6,90%
Letras do tesouro nacional	28/12/2017	01/07/2018	6,59%
Nota do tesouro nacional – F	22/02/2017	01/01/2021	10,00%
FI Cambial	06/01/2016	Vencido indeterminado	-

A tabela a seguir apresenta as aplicações financeiras distribuídas por rating de crédito.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2018		Saldo contábil
	BB + Standard & Poor's	AA(bra) Fitch Ratings (*)	
Disponível para venda			
Aplicações			
Títulos de renda fixa – públicos	87.349	-	87.349
Quotas de fundos de investimentos	-	951	951
Total	87.349	951	88.300

(*) Rating do gestor do fundo – Banco Santander Brasil S/A

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2018		Saldo contábil
	BB + Standard & Poor's	AA(bra) Fitch Ratings (*)	
Disponível para venda			
Aplicações			
Títulos de renda fixa – públicos	105.377	-	105.377
Quotas de fundos de investimentos	-	3.051	3.051
Total	105.377	3.051	108.428

(*) Rating do gestor do fundo – Banco Santander Brasil S/A

Abaixo é apresentada a movimentação das aplicações financeiras durante o período.

Aplicações	2017		2018	
	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM
Letras financeiras do tesouro	85.913	45.381	594	(54)
Letras do tesouro nacional	25.908	(94.158)	4.516	(503)
Notas do tesouro nacional	19.464	(1.771)	3.724	(1.665)
Quotas de fundos de investimentos	3.051	(2.699)	599	951
Total	108.428	71.289	9.433	(2.222)

Aplicações	2016		2017	
	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM
Letras do tesouro nacional	76.134	130.987	7.356	163
Notas do tesouro nacional	-	18.263	2.399	(317)
Quotas de fundos de investimentos	2.952	-	99	-
Total	79.086	149.250	9.854	(154)

8.2 – Créditos das operações de seguros e resseguros

8.2 (a) Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios diretos e cosseguro aceito.

• Prêmios a receber por ramos de seguros

Prêmio Líquido a receber por ramos de seguros

	2018	2017
Viagem	3.024	12.674
Acidentes pessoais	2.279	4.155
Vida em grupo	3.631	2.626
Rendas de Eventos Aleatórios	2.105	1.991
Prestamista	7.999	5.855
Riscos diversos	24.021	15.252
Garantia estendida	3.846	3.163
Automóvel	26.726	53.503
Transporte Nacional	3.286	7.958
Transporte Internacional	-107	3.678
Microseguro Danos	2.005	2.223
Compreensivo Residencial	1.429	1.004
Demais ramos	1.361	8.277
Total	81.604	122.360

• Período médio de parcelamento

O prazo médio de recebimento dos principais ramos está distribuído conforme abaixo:

Ramos	Prazo médio (meses)
Viagem	1
Acidentes pessoais	1
Vida em grupo	1
Rendas de Eventos Aleatórios	1
Prestamista	1
Riscos diversos	1 e 4
Garantia estendida	1
Demais ramos	1 e 12

• Prêmios a receber por vencimento

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos conforme abaixo:

Aging list de prêmios a receber de segurados

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	37.593	9.375	15.504	9.622	11.623	13.774	97.491
A Vencer	32.227	2.998	4.282	2.296	1.118	1	42.921
Vencidos	5.366	6.377	11.222	7.327	10.505	13.774	54.570
Redução ao valor recuperável	2.500	(271)	(1.202)	(1.179)	(4.210)	(11.526)	(15.888)
Vencidos	(371)	(271)	(1.202)	(1.179)	(4.210)	(8.655)	(15.888)
Total de prêmios a receber	40.093	9.104	14.302	8.444	7.413	2.248	81.604

Aging list de prêmios a receber de segurados .

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	54.449						

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A variação na linha IBNR Resseguros em 2018 se deve a diminuição da sinistralidade nos ramos da linha **Commercial Lines**.**(ii) Ativos de operações de resseguros**

	2018	2017
Sinistro e comissão de resseguro à recuperar	9.502	7.961
Redução valor recuperável de sinistro	(2.153)	-
Total	7.350	7.961

(iii) Discriminação de resseguradores: Discriminação dos resseguradores por categoria de risco

Resseguradores	Agência	Rating
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A+
Munich Re Do Brasil Resseguradora S.A.	A.M.Best Company	A+
Terra Brasis Resseguros	A.M.Best Company	B++
Austral Resseguradora S.A.	A.M.Best Company	B++
QBE Syndicate 1886 at Lloyd's	Standard & Poors	B

8.2 (e) – Outros créditos

Referem-se a outros créditos a receber R\$ 0 (R\$ 1.935 em 31/12/2017), adiantamento de férias R\$ 165 (R\$ 231 em 31/12/2017), saldos bancários bloqueados R\$ 176 (R\$ 37 em 31/12/2017), adiantamentos para viagem R\$ (10) (R\$ (17) em 31/12/2017) e adiantamento de salário R\$ (4) (R\$ 0 em 31/12/2017).

8.2 (f) – Bens à venda – Salvados

A composição dos salvados à venda está assim demonstrada

Ramos	0 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	2018 Saldo contábil	2017 Saldo contábil
Automóvel	252	465	1.029	185	1.931	548
Total	252	465	1.029	185	1.931	548

8.3 – Créditos tributários e previdenciários

A tabela abaixo demonstra a composição dos créditos tributários e previdenciários.

Descrição	Curto prazo		Longo prazo	
	2018	2017	2018	2017
Impostos a compensar	924	392	-	-
IRPJ/CSLL sobre adições temporárias (PIS Contingente)	-	-	-	114
Total dos créditos tributários	924	392	-	114

A tabela abaixo demonstra a movimentação dos créditos tributários durante o período.

Descrição	2017		2018	
	Constituições	Realizações	Baixas	2018
Impostos a compensar	392	569	(37)	924
IRPJ sobre adições temporárias	63	-	(63)	-
CSLL sobre adições temporárias	51	-	(51)	-
Total	506	569	(37)	924
Descrição	2016		2017	
	Constituições	Realizações	Baixas	2017
Impostos a compensar	3.092	2.134	(4.834)	392
IRPJ sobre adições temporárias	1.700	195	(1.966)	63
CSLL sobre adições temporárias	1.359	158	(1.309)	51
IRPJ sobre prejuízos fiscais	7.345	-	(7.345)	-
CSLL sobre prejuízos fiscais	6.253	-	(6.253)	-
Total	19.749	2.487	(5.186)	506

A Seguradora baseada na expectativa de não geração de lucros no exercício de 2017 e segundo as determinações do artigo 146 da circular nº 561/17, decidiu efetuar a baixa integral do saldo do crédito tributário. Em 31/12/2018 o montante de créditos tributários não registrados é de R\$ 26.323 proveniente de bases de prejuízo fiscal, contribuição social negativa e adições temporárias (R\$ 28.995 em 31/12/2017).

8.4 – Obrigações a pagar

Referem-se a valores a pagar a fornecedores no montante de R\$ 3.497 (R\$ 3.799 em 31/12/2017), participação nos lucros a pagar no montante de R\$ 295 (R\$ 1.528 em 31/12/2017), serviços de assistência R\$ 0 (R\$ 611 em 31/12/2017) e valores a regularizar R\$ 198 (R\$ 0 em 31/12/2017).

8.5 – Impostos e encargos sociais a recolher

Referem-se a IOF – imposto sobre operações financeiras R\$ 4.667 (R\$ 6.666 em 31/12/2017), INSS a pagar R\$ 142 (R\$ 381 em 31/12/2017), imposto de renda retido na fonte R\$ 191 (R\$ 578 em 31/12/2017), CSSL serviços de terceiros R\$ 61 (R\$ 224 em 31/12/2017), FGTS folha de pagamento R\$ 50 (R\$ 113 em 31/12/2017), imposto sobre serviço ISS R\$ 11 (R\$ 18 em 31/12/2017).

8.6 – Impostos e contribuições

Referem-se a provisão de Cofins no montante de R\$ 50 (R\$ 473 em 31/12/2017), provisão de PIS no montante de R\$ 0 (R\$ 77 em 31/12/2017), provisão imposto de renda – ganhos não realizados c/TVM de R\$ 0 (R\$ 28 em 31/12/2017) e provisão contribuição social – ganhos não realizados c/TVM de R\$ 0 (R\$ 23 em 31/12/2017).

8.7 – Operações com resseguradoras

Referem-se à provisão de prêmios de resseguro a pagar às resseguradoras, Swiss RE, Munich RE e Austral Resseguradora no montante de R\$ 10.754 (R\$ 16.062 em 31/12/2017).

8.8 – Débitos de operações de seguros e resseguros – outros débitos operacionais

Referem-se, a provisão para pagamento à estipulantes de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivo relativo a serviços prestados R\$ 28.295 (R\$ 23.493 em 31/12/2017), participação no resultado de apólices R\$ 638 (R\$ 1.926 em 31/12/2017) e outros débitos R\$ 0 (R\$ 2 em 31/12/2017).

8.9 – Depósitos de terceiros

O saldo de depósitos de terceiros é composto conforme abaixo:

	2018	2017
Cobrança antecipada de prêmios	29.725	28.606
Total	29.725	28.606

A seguir é apresentado o "aging" dos depósitos de terceiros.

	2018	2017
Aging – depósitos de terceiros		
Pendente entre 1 e 60 dias	10.410	22.749
Pendente entre 61 e 120 dias	4.857	4.229
Pendente entre 121 e 180 dias	5.372	838
Pendente entre 181 e 365 dias	8.461	790
Pendente acima de 365 dias	626	-
Total	29.725	28.606

8.10 – Débitos diversos

Referem-se, a adiantamento de comissão de resseguro no valor de R\$ 7.598 (R\$ 3.019 em 31/12/2017).

9. Despesas Antecipadas

Referem-se a gastos operacionais com estudo, desenvolvimento e divulgação de produto de seguros massificados. Tais gastos estão sendo amortizados por período de 36 a 120 meses, considerando-se as projeções de resultados futuros a serem auferidos em cada projeto.

Descrição	2017	Constituições	Amortizações e baixas	2018
Seguros	2.664	1	(1.093)	1.571
Total	2.664	1	(1.093)	1.571

A Administração realizou estudos e avaliações dos saldos e em alguns programas, não foi necessário realizar *impairment* dos projetos. Portanto, R\$ 0 em 31/12/2018 (R\$ 2.265 em 31/12/2017), sendo que o exercício de 2017 foi severamente afetado por ajustes efetuados para saneamento de alguns negócios na linha de massificados.

Descrição	2018	2017
Outras despesas antecipadas	7	7
Total	7	7

Outras despesas antecipadas referem-se substancialmente a gastos com seguros.

10. Custo de Aquisição Diferido**(a) Premissas e prazos de diferimento**

Referem-se a comissões de seguros e agenciamento para comercialização de seguros massificados no montante de R\$ 55.768 (R\$ 69.955 em 31/12/2017). Tais gastos estão sendo amortizados, de acordo com a vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato.

A seguir é apresentado o saldo dos custos de aquisição diferidos dos principais ramos de atuação:

Ramos	Custo de aquisição diferido	
	2018	2017
Viagem	2.703	5.708
Acidentes pessoais	1.150	5.878
Vida em grupo	7.175	9.155
Rendas de eventos aleatórios	110	601
Prestamista	11.945	8.779
Riscos diversos	5.470	4.449
Garantia estendida	15.607	17.962
Automóvel	355	2.513
Transporte nacional	500	1.269
Transporte internacional	83	594
Microseguro danos	2.444	2.395
Compreensivo residencial	379	2.331
Demais ramos	7.846	8.322
Total	55.768	69.955

A tabela abaixo mostra o prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos.

Ramos	Prazo médio de diferimento (meses)
Viagem	23
Acidentes pessoais	15
Vida em grupo	29
Rendas de eventos aleatórios	32
Prestamista	13
Riscos diversos	15
Garantia estendida	18
Automóvel	2
Transporte nacional	2
Transporte internacional	2
Microseguro danos	24
Compreensivo residencial	11
Demais ramos	7

(b) Discriminação

Descrição	2018	2017
Comissões	4.399	5.765
Agenciamento	22.535	34.863
Pro-labore – comissionamento	28.834	29.327
Total	55.768	69.955

(c) Movimento de custo de aquisição diferidos

Descrição	2017	Constituições	Reversões e baixas (*)	2018
Seguros	69.955	11.672	(25.859)	55.768
Total	69.955	11.672	(25.859)	55.768

(*) Inclui as amortizações do período

Descrição	2016	Constituições	Reversões e baixas (*)	2017
Seguros	74.557	24.846	(29.447)	69.955
Total	74.557	24.846	(29.447)	69.955

A Administração avalia periodicamente o teste de recuperabilidade de cada projeto individualmente. Com base nos estudos baseados no tempo de persistência das apólices e avaliações, foi efetuado o *impairment* de alguns no montante de R\$ 6.112 (R\$ 9.354 em 31/12/2017), o exercício de 2017 foi severamente afetado por ajustes efetuados para saneamento de alguns negócios na linha de massificados.

11. Depósitos Judiciais e Fiscais

A tabela abaixo demonstra a movimentação dos depósitos judiciais e fiscais.

Descrição	2017	Baixas	Atualizações	2018
Sinistros	172	-	7	179
Fiscais	646	-	10	656
Trabalhistas	223	(223)	-	-
Total	1.041	(223)	17	835

Descrição	2016	Baixas	Atualizações	2017
Sinistros	160	-	12	172
Fiscais	628	-	18	646
Trabalhistas	223	-	-	223
Total	1.011	-	30	1.041

12. Intangível

A tabela abaixo demonstra a movimentação do ativo intangível.

Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual em 2017	Aquisições	Amortização e baixas no exercício	Saldo em 2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor residual em 2018
Desenvolvimento de sistemas informatizados	5	3.878	754	(2.029)	2.603	8.810	(6.207)	2.603
Direito na exploração de canal de distribuição (i)	5	6.542	-	(4.934)	1.608	14.203	(12.595)	1.608
Total		10.420	754	(6.963)	4.211	23.013	(18.802)	4.211

Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual em 2016	Aquisições	Amortização e baixas no exercício	Saldo em 2017	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor residual em 2017
Desenvolvimento de sistemas informatizados	5	3.152	1.908	(1.182)	3.878	8.056	(4.178)	3.878
Direito na exploração de canal de distribuição (i)	5	7.340	3.593	(4.391)	6.542	14.203	(7.661)	6.542
Total		10.492	5.501	(5.573)	10.420	22.259	(11.839)	10.420

(i) Investimentos efetuados em canais de distribuição para exploração de canal de venda. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade de cada projeto individualmente. Com base nos estudos e avaliações do fluxo de caixa descontado dos projetos, foi efetuado o *impairment* de alguns projetos no montante de R\$ 0 em 31/12/2018 (R\$ 2.216 em 31/12/2017). Houve a baixa de R\$ 2.109 do projeto Bandeirantes, em função de encerramento do negócio, com a respectiva recuperação do investimento.

13. Imobilizado

A tabela abaixo demonstra a movimentação do ativo imobilizado.

Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual em 2017	Aquisições/baixas	Depreciação no exercício	Saldo em 2018	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual em 2018
Hardware	5	388	11	(137)	262	1.907	(1.644)	263
Telecomunicações	5	136	6	(60)	82	493	(411)	82
Móveis, máquinas e utensílios	10	466	505	(113)	858	1.599	(742)	857
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(*)	278	361	(639)	-	1.697	(1.697)	-
Total		1.268	883	(949)	1.202	5.696	(4.494)	1.202

(*) Prazo do contrato de aluguel. Baixa em função da aquisição e mudança para novo prédio.

Descrição	Vida útil (anos)	Valor residual em 2016	Aquisições/baixas	Depreciação no exercício	Saldo em 2017	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual em 2017
Hardware	5	324	193	(129)	388	1.896	(1.508)	388
Telecomunicações	5	166	27	(58)	135	487	(351)	136
Móveis, máquinas e utensílios	10	537	1	(73)	465	1.094	(628)	466
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(*)	411	17	(150)	278	1.336	(1.058)	278
Total		1.438	238	(410)	1.266	4.813	(3.545)	1.268

14. Provisões Técnicas – Seguros

A seguir, são apresentados os saldos das provisões técnicas dos principais ramos de atuação:

Ramos	Sinistros a Liquidar		Sinistros a Liquidar Judicial		IBNR		PDR		Total
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Viagem	1.511	3.106	6.195	13.717	367	75	7.826	34	1.383
Acidentes pessoais	274	211	442	80	124	129	1.061	271	66
Vida em grupo	-	-	1.019	189	982	440	2.489	648	115
Rendas de Eventos									
Aleatórios	328	1.206	244	45	86	108	671	115	34
Prestamista	17.396	14.684	323	187	64	68	1.588	174	248
Riscos diversos	12.585	11.748	892	2.					

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

16. Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Evolução da Provisão de sinistros – bruto de resseguro

Administrativo	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	Evolução da Provisão de sinistros – líquido de resseguro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativa de provisão – bruto de Resseguro								Estimativa de provisão – líquido de Resseguro							
No Final do Período	67.098	17.638	36.026	59.542	88.633	106.792	–	No Final do Período	62.583	17.638	35.866	51.732	83.853	101.185	–
Um ano depois	93.628	26.283	48.287	75.651	127.031	–	–	Um ano depois	83.474	26.283	48.112	66.971	121.020	–	–
Dois anos depois	95.771	26.963	48.978	77.668	–	–	–	Dois anos depois	85.342	26.964	48.802	68.958	–	–	–
Três anos depois	96.582	27.236	49.232	–	–	–	–	Três anos depois	86.006	27.236	49.054	–	–	–	–
Quatro anos depois	96.797	27.302	–	–	–	–	–	Quatro anos depois	86.221	27.302	–	–	–	–	–
Cinco anos depois	96.967	–	–	–	–	–	–	Cinco anos depois	86.384	–	–	–	–	–	–
Movimentação	169	67	254	2.017	38.397	106.792	–	Movimentação	163	27.302	251	1.987	37.167	101.185	–
Estimativas acumuladas	96.967	27.302	49.232	77.668	127.031	106.792	–	Estimativas acumuladas	86.384	27.302	49.054	68.958	121.020	101.185	–
Pagamentos acumulados	(96.941)	(27.232)	(49.229)	(76.951)	(126.655)	(89.584)	–	Pagamentos acumulados	(86.358)	(27.232)	(49.051)	(68.241)	(120.645)	(85.421)	–
PSL	25	70	3	716	375	17.209	–	PSL	25	70	3	717	376	15.764	–

Evolução da Provisão de sinistros – bruto de resseguro

Judicial	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	Evolução da Provisão de sinistros – líquido de resseguro	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativa de provisão – bruto de Resseguro								Estimativa de provisão – líquido de Resseguro							
No Final do Período	3.014	299	535	890	3.167	2.765	–	No Final do Período	2.788	299	535	885	3.159	2.000	–
Um ano depois	4.520	955	1.119	2.364	5.936	–	–	Um ano depois	4.272	955	1.114	2.339	5.923	–	–
Dois anos depois	6.991	1.177	1.619	2.720	–	–	–	Dois anos depois	6.418	1.177	1.612	2.687	–	–	–
Três anos depois	9.156	1.460	1.914	–	–	–	–	Três anos depois	8.443	1.460	1.907	–	–	–	–
Quatro anos depois	13.449	1.749	–	–	–	–	–	Quatro anos depois	12.735	1.750	–	–	–	–	–
Cinco anos depois	15.988	–	–	–	–	–	–	Cinco anos depois	15.235	–	–	–	–	–	–
Movimentação	2.539	290	295	356	2.769	2.765	–	Movimentação	2.500	1.750	295	348	2.764	2.000	–
Estimativas acumuladas	15.988	1.749	1.914	2.720	5.936	2.765	–	Estimativas acumuladas	15.235	1.750	1.907	2.687	5.923	2.000	–
Pagamentos acumulados	(13.851)	(1.590)	(1.691)	(2.143)	(4.407)	(1.584)	–	Pagamentos acumulados	(13.097)	(1.590)	(1.685)	(2.124)	(4.399)	(1.583)	–
PSL	2.137	159	223	577	1.529	1.182	–	PSL	2.137	160	223	563	1.524	417	–
PSL Bruta	2.162	229	226	1.293	1.904	18.390	24.205	PSL Líquido de Resseguro	2.163	230	226	1.280	1.900	16.180	21.978
IBNER	–	–	–	–	–	–	3.244	IBNER	–	–	–	–	–	–	3.244
Retrocessão	–	–	–	–	–	–	194	Retrocessão	–	–	–	–	–	–	194
Sinistros Pendentes – Bruto de Resseguro	–	–	–	–	–	–	27.643	Sinistros Pendentes – Líquido de Resseguro	–	–	–	–	–	–	25.416

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Encargos sobre o resultado:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes de impostos e participações	(55.504)	(63.652)	(55.504)	(63.652)
Participações sobre o resultado	484	(1.325)	484	(1.325)
Adições/(exclusões) permanentes	617	749	361	168
Adições/(exclusões) temporárias	(3.965)	16.163	(3.965)	16.163
Resultado fiscal do exercício	(58.368)	(48.065)	(58.624)	(48.646)
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	–	(11.992)	–	(9.729)
Constituição/(reversão) de créditos tributários diferidos	–	(4.041)	–	(3.233)
Efeito da reversão – créditos tributários – artigo 146 Circular 517/2015	–	23.172	–	19.051
Encargos sobre o resultado do exercício	–	7.139	–	6.089

18. Sinistros Judiciais

A tabela a seguir demonstra os sinistros judiciais que foram liquidados, em função de terem se tornado obrigação presente para a Seguradora.

	Sinistros judiciais	
	2018	2017
Quantidade sinistros	403	294
Valor abertura	9.811	6.086
Valor pagamento	11.407	14.849
Prazo médio pagamento (anos)	1,2	1,3

A tabela a seguir detalha o saldo de sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade.

Período	Provisão para sinistros à liquidar judicial – por período de vencimento		
	Quantidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Até 1 ano	145	1.171	1.169
1 a 3 anos	274	2.102	2.082
3 a 7 anos	61	518	516
mais de 7 anos	13	2.007	2.007
Total	493	5.798	5.774

Período	Provisão para sinistros à liquidar judicial – por período de vencimento		
	Quantidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Até 1 ano	151	551	546
1 a 3 anos	189	496	493
3 a 7 anos	55	303	301
mais de 7 anos	21	923	923
Total	416	2.273	2.263

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado no valor de R\$ 172.528 (R\$ 161.328 em 31/12/2017), é representado por 696.046.990 (225.359.840 em 31/12/2017) ações ordinárias e 0 (225.359.840 em 31/12/2017) ações preferenciais.

b) Aumento de Capital – Em aprovação

Em 05/09/2018 e 27/12/2018 foram realizadas AGE para deliberar o aumento de capital no montante de R\$ 7.500 e R\$ 12.000 respectivamente. As deliberações aprovadas nessas Assembleias encontram-se em fase de homologação pela SUSEP. O aumento de capital de R\$ 11.200 foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 737 de 08/01/2018.

20. Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

A resolução CNSP nº 343/2016 estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros.

O critério estabelecido define que o PLA da Seguradora deverá ser maior ou igual ao capital mínimo requerido (CMR) no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é composto pelo capital base e capital de risco e seu valor será o maior entre os dois valores.

Descrição	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Patrimônio líquido ajustado (ajustes contábeis)	42.270	84.642	42.270	84.642
Patrimônio líquido	56.770	94.462	56.770	94.462
(-) Despesas antecipadas	(1.578)	(2.671)	(1.578)	(2.671)
(-) Outros intangíveis	(4.211)	(10.420)	(4.211)	(10.420)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionadas a PPNG	(9.515)	–	(9.515)	–
(+) 50% dos intangíveis referentes a contratos de ponto de venda	804	3.271	804	3.271
Ajustes associados à variação dos valores econômicos ((5) + (11))	179	630	179	630
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	–	1.846	–	1.846
1 – Saldo do fluxo: saldo dos fluxos não registrados no TAP (+/-)	–	2.274	–	2.274
2 – Capital risco de mercado sem as vigências não regidas dos fluxos (RM_F) (+)	653	–	653	–
3 – Capital mínimo requerido considerando o RM_F (CMR_F) (+)	39.023	61.630	39.023	61.630
4 – Capital mínimo requerido (CMR) (+)	39.023	61.615	39.023	61.615
5 – Limite = maior (0, CMR-CMR_F) (+)	–	–	–	–
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contingências registradas	74.232	107.042	74.232	107.042
6 – PPNG constituída (+)	33.233	35.092	33.233	35.092
7 – CAD da PPNG deduzida da PPNG na apuração do TAP (+)	22.063	–	22.063	–
8 – Projeto fluxos realistas sinais e despesas A ocorrer da PPNG, conforme TAP (+)	4.054	5.136	4.054	5.136
9 – Ativo de resseguro da PPNG constituído (+)	38.844	60.985	38.844	60.985
10 – CMR desconsiderando o valor do risco de mercado (CMR_M) (+)	179	630	179	630
11 – Limite = (CMR – CRM_M + (5)) (+)	42.449	85.272	42.449	85.272
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação valores econômicos	15.000	15.000	15.000	15.000
Capital-base (a)	34.769	54.430	34.769	54.430
Capital adicional de risco de subscrição	5.171	8.701	5.171	8.701
Capital adicional de risco de crédito	(2.793)	(5.498)	(2.793)	(5.498)
(-) Benefício da diversificação	1.222	1.723	1.222	1.723
Capital adicional de risco operacional	653	2.274	653	2.274
Capital adicional de risco de mercado	39.023	61.630	39.023	61.630
Capital de Risco (b)	39.023	61.630	39.023	61.630
Suficiência de capital = (PLA – CMR)	3.926	23.641	3.926	23.641
Ativos vinculados à cobertura das Provisões Técnicas	88.300	108.428	88.300	108.428
Total das Provisões Técnicas a ser coberto	69.882	81.176	69.882	81.176
Excesso a necessidade de cobertura de Provisões Técnicas	18.418	27.252	18.418	27.252
20% do capital de risco (CR)	7.805	12.326	7.805	12.326
Suficiência em relação ao (CR)	10.613	14.926	10.613	14.926

Limites de retenção

O limite de retenção é o valor máximo de responsabilidade que a Seguradora pode reter em cada risco isolado, determinado com base no valor dos respectivos patrimônios líquidos ajustados. Em 31/12/2018, os limites de retenção praticados pela Seguradora foram R\$ 720 (R\$ 1.023 em 31/12/2017) para os ramos: 0115, 0173, 0195, 0234, 0433, 0435, 0457, 0526, R\$ 1.801 (R\$ 2.558 em 31/12/2017) para os ramos: 0520, 0542, 0745, 0746, 0747, 0750, 0775, 0776, 0929, 0980, 1164, 1329, 1380, 1381, 1391, 1601, 1602 e R\$ 3.601 (R\$ 5.117 em 31/12/2017) para os ramos: 0111, 0114, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0310, 0351, 0378, 0531, 0553, 0621, 0622, 0627, 0632, 0638, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658, 0739, 0740, 0748, 0749, 0969, 0977, 0981, 0982, 0984, 0987, 0990, 0991, 0993, 1369, 1377, 1384, 1387, 1390.

21. Principais Ramos de Atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos		Custo de aquisição		Índice Sinistra- lidade (%)		Índice Comissio- namento (%)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Viagem	26.115	99.269	36.865	50.189	3.120	56.199	141,2	50,6	11,9	56,6
Acidentes pessoais	15.542	18.961	2.588	1.118	14.052	16.640	16,6	5,9	90,4	87,8
Vida em grupo	19.044	23.752	5.280	2.300	14.090	16.129	27,7	9,7	74,0	67,9
Rendas de eventos aleatórios	20.296	21.559	1.674	722	13.622	14.917	8,2	3,4	67,1	69,2
Prestamista	47.694	35.536	3.473	3.155	28.441	26.063	7,3	8,9	59,6	73,3
Riscos diversos	27.211	25.808	5.255	14.194	13.059	11.763	19,3	55,0	48,0	45,6
Garantia estendida	17.632	14.470	1.582	2.707	14.436	7.330	9,0	18,7	81,9	50,7
Automóvel	30.393	38.416	40.330	40.450	2.291	2.916	132,7	105,3	7	

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2018	2017		2018	2017		2018	2017
e) Resultado com resseguro			g) Despesas com tributos					
Indenizações de sinistros	3.318	17.219	COFINS	(5.542)	(8.828)	Passivos		
Despesas com sinistros	1.205	160	PIS	(900)	(1.435)	Despesas		
Varição provisão sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(884)	1.223	Taxa de Fiscalização da SUSEP	(1.597)	(1.195)	QBE Management Services PTY Limited	-	224
Varição despesas relacionadas - IBNR	(146)	212	Outros Tributos	(840)	(456)	QBE Insurance Group Limited	-	3.628
Receita com resseguro	3.493	18.814	Total	(8.879)	(11.914)	QBE Group Service PTY Limited	-	61
Prêmios de resseguros	(14.647)	(13.303)	h) Resultado financeiro			A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R\$ 5.758 (R\$ 7.088 em 31/12/2017) que compreende substancialmente benefícios de curto prazo.		
Varição da despesa de resseguro	(1.723)	646	Renda fixa - títulos públicos	8.834	9.755	:: 25. Novas Normas e Interpretações ainda não Adotadas		
Salvados	(80)	(216)	Renda fixa - títulos privados	599	100	CPC 48, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de impairment; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de hedge. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP.		
Ressarcimentos	(27)	-	Com operações de seguros	(1.280)	(426)	CPC 06 (R2) "Arrendamentos". Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma será aplicada quando referendada pela SUSEP.		
RVR - Sinistros pagos resseguro	(6.619)	-	Outras receitas financeiras	530	86	IFRS 17 "Contratos de Seguro", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o IFRS 4 publicado em 2014. O IFRS 17 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O IFRS 17 passa vigorar em 01/01/2022, sendo permitido a aplicação antecipada. A administração está aguardando a aprovação dessa norma pela SUSEP e avaliando os impactos.		
Despesa com resseguro	(23.096)	(12.873)	Atualização monetária de tributos	(20)	(29)			
Total	(19.603)	5.941	Outras despesas financeiras	258	(392)			
			Total	8.921	9.094			
f) Despesas administrativas			(*) O aumento da depreciação e amortização em 2018 é devido ao impairment de um projeto do segmento viagem no montante de R\$ 738 e da baixa de beneficiários em função da mudança da sede da Seguradora, conforme nota 1. (**) Em 30/06/2018 ocorreu a baixa no montante de R\$ 1.934 referente ao valor de recuperações de despesas administrativas de funcionário da Matriz, em função da venda das operações.					
Pessoal próprio	(17.225)	(25.076)	:: 24. Partes Relacionadas					
Serviços de terceiros	(5.123)	(4.650)	Em função da transação de venda, conforme mencionado na nota 1, todos os saldos existentes com empresas do Grupo QBE foram baixados.					
Localização e manutenção	(2.130)	(2.449)						
Locomoção	(226)	(477)						
Depreciação e amortização (*)	(7.913)	(5.982)						
Comunicação	(544)	(564)						
Outras despesas administrativas (**)	(2.838)	(527)						
Total	(35.999)	(39.725)						

DIRETORES

Peter Rebrin

Omar Santana da Silva Junior

CONTADOR

Luís Fernando dos Santos - CRC 1SP 225.230/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores - MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da ZURICH BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos.

As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2018, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos

temas e discussões abordados, foram:

a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;
b. Auditoria Interna - discussão do plano de trabalho para o exercício de 2018 e dos relatórios emitidos;

c. Auditoria Externa - discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2018;

d. Controladoria - discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;

e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2018.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2018 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2018, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2018, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH BRASIL SEGUROS S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2018.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

Membros

Julio de Albuquerque Bierenbach

Helio Fernando Leite Solino

Luiz Roberto Cafarella

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Zurich Brasil Companhia de Seguros

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais

emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de

acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

CNPJ/MF nº 02.646.397/0001-19

Carlos Eduardo Silva Teixeira - CIBA 105 MIBA 729

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Zurich Brasil Companhia de Seguros

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ATOS SOCIETÁRIOS. NO DCI, SUA PUBLICIDADE LEGAL TEM O MELHOR CUSTO/BENEFÍCIO

Acesse: dci.com.br/publicidadelegal



Ligue: 11 5095-5300

DCI. EFICAZ EM PUBLICIDADE LEGAL.